



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE
CNPJ: 34.098.244/0001-70

CONTÉM:

- 1- RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- 2- BALANÇO PATRIMONIAL
- 3- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
- 4- DEMONSTRAÇÃO DAS MULTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- 5- DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA
- 6- NOTAS EXPLICATIVAS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.

Presidente e Diretores

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE

Rio de Janeiro – RJ

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de Resultados, das Mutações do Patrimônio Social, dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE** em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

A Entidade não possui controle individualizado de bens registrados no Ativo Imobilizado. Em decorrência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação de valores representativos de tais bens e, conseqüentemente, não foi praticável determinar a razoabilidade do valor da depreciação acumulada.

Nossa auditoria foi conduzida em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outros auditores, que emitiram relatório em 12 de abril de 2018, sem modificação.

INDEP Auditores Independentes S/S

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 3.500 / Grupo 1.318 - Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22631-002

Tel: (21) 2263-5189

Web: www.indep.com.br – E-mail: indep@indep.com.br



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas



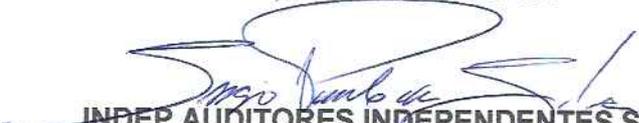
divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter a continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 12 de Abril de 2019.



INDEP AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RJ: 0329 - CNPJ: 42.464.370/0001-20 - IBRACON: 031
SERGIO PAULO DA SILVA
Contador CRC-RJ 087960/O-0 - IBRACON 4061
SÓCIO – RESPONSÁVEL TÉCNICO



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE
CNPJ: 34.098.244/0001-70

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Reais – Centavos Omitidos)

ATIVO	2018	2017
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	914.584	1.448.934
Outros ativos	220.756	36.015
	1.135.340	1.484.949
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	171.866	234.001
Intangível	249	
	172.115	234.001
TOTAL DO ATIVO	1.307.455	1.718.950

PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE		
Obrigações fiscais e sociais	136.069	192.250
Contas a pagar	31.114	25.910
Governamentais	138.784	245.598
	305.967	463.758
NÃO CIRCULANTE		
Contas a pagar	-	45.555
Provisão para contingências	742.368	730.813
	742.368	776.368
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Superávit acumulado	259.120	478.824
	259.120	478.824
TOTAL DO PASSIVO	1.307.455	1.718.950



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE
CNPJ: 34.098.244/0001-70

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em Reais – Centavos Omitidos)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RECEITAS		
Receitas da Lei Agnelo/Piva	3.279.688	2.395.131
Anuidades de atiradores	872.119	1.034.448
Inscrições de Modalidades	1.041.906	989.083
Outros Receitas	83.563	116.383
	<u>5.277.276</u>	<u>4.535.045</u>
DESPESAS		
Gastos com recursos públicos	(3.279.688)	(2.395.131)
Despesas Modalidades	(1.100.522)	(1.328.902)
Despesas Administrativas	(1.197.147)	(1.661.745)
	<u>(5.577.357)</u>	<u>(5.385.778)</u>
Resultado do exercício	<u>(300.081)</u>	<u>(850.733)</u>



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE
CNPJ: 34.098.244/0001-70

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMONIO SOCIAL
(Em Reais – Centavos Omitidos)

	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.329.557	1.329.557
Déficit do exercício	(850.733)	(850.733)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>478.824</u>	<u>478.824</u>
Déficit do exercício	(300.081)	(300.081)
Ajustes Exercícios Anteriores	80.378	80.378
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u><u>259.121</u></u>	<u><u>259.121</u></u>



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE
CNPJ: 34.098.244/0001-70

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Em Reais – Centavos Omitidos)

	2018	2017
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	(300.081)	(850.733)
Ajustes		
Depreciação	71.987	152.516
Ajuste em Resultados do Exercício	80.378	
	(147.716)	(698.216)
Variação do ativo/passivo circulante		
Redução (Aumento) em créditos	(184.742)	(19.226)
Aumento (Redução) em obrigações com fornecedores	5.769	-
Aumento (Redução) em obrigações com empregados	20.720	(2.472)
Aumento (Redução) em obrigações com empregados	(77.388)	2.809
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	487	(2.513)
Aumento (Redução) em obrigações com terceiros	2.142	(16.255)
Aumento (Redução) em obrigações bancárias	-	(143.079)
Aumento (Redução) em obrigações governamentais	(109.521)	(109.426)
Aumento (Redução) em obrigações não circulantes	(34.000)	695.012
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(524.249)	(293.369)
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(10.101)	(28.974)
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	(10.101)	(28.974)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(534.351)	(322.343)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.448.934	1.771.277
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	914.583	1.448.934
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(534.351)	(322.343)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, designada pela sigla CBTE, filiada à International Shooting Sport Federation (ISSF), à Confederación Americana de Tiro (CAT), à Confederación Sudamericana de Tiro (CST), à Confederación Iberoamericana de Tiro (CIT), à World Field Target Federation (WFTF), e ao Comitê Olímpico Brasileiro, designado pela sigla COB, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo. Foi fundada e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, constituída pelas Entidades filiadas de administração do desporto do tiro nos estados e Distrito Federal.

A CBTE, dentro da sua finalidade desportiva, tem como principal objetivo administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar, em todo o país, o esporte do tiro em todos os níveis, inclusive o paralímpico praticado por portadores de deficiências.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

2.2 Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2018, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

É apurado em conformidade com o regime contábil da competência de exercícios.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados pelos recursos mantidos em espécie na tesouraria da Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários à vista, de livre movimentação em instituições bancárias no País.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimentos de até três meses a contar da data da aquisição, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.

c. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

d. Passivo circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços.

e. Imposto de renda e contribuição social

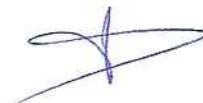
A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

f. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

g. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.



3. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2018	2017
Caixa	2.408	2.169
Banco do Brasil S.A. – Recursos próprios	-	402
Banco Itaú S.A.– Recursos próprios	-	10
Bradesco S.A – Recursos Próprios	1	1
Santander – Recursos Próprios	0	-
Caixa Econômica Federal – Recursos próprios	48.735	22.732
Caixa Econômica Federal – COB	82.336	453.260
Banco conta corrente	131.072	476.405
Bradesco S.A – Recursos Próprios	6.282	177.850
Banco do Brasil S.A. – Recursos próprios	-	-
Banco Itaú S.A. – Recursos próprios	-	40
Santander – Recursos Próprios	14.138	-
Caixa Econômica Federal – Recursos próprios	589.521	782.438
Caixa Econômica Federal – COB	171.162	10.032
Aplicações financeiras	781.103	970.360
	914.583	1.448.934

4. Imobilizado

É assim demonstrado em 31 de dezembro:

	Taxas anuais de depreciação	2018			2017
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Móveis e utensílios	10%	1.575	(13.900)	33.596	45.921
Máquinas e equipamentos	10%	8.277	(22.117)	50.501	64.341
Edifícios, imóveis e terrenos	10%		-	-	-
Instalações	10%		(2.498)	5.313	7.811
Veículos	20%		(4.752)	-	4.752
Benfeitorias em imóveis	10%		(27.297)	79.361	106.658
Direito de uso	10%		(1.423)	3.095	4.518
Outros imobilizados	10%		-	-	-
		9.852	(71.987)	171.866	234.001



5. Obrigações fiscais e sociais

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
INSS	20.859	98.459
FGTS	5.335	5.123
IRRF	5.449	4.963
Férias e encargos	74.339	59.904
Salários a pagar	30.087	23.801
	<u>136.069</u>	<u>192.250</u>

6. Governamentais

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Convênio com Ministério dos Esportes	-	-
Comitê Olímpico Brasileiro – COB	138.784	245.598
	<u>138.784</u>	<u>245.598</u>

(i) Não houve celebração de parcerias com o Ministério do Esporte em 2018.

(ii) Durante o exercício de 2018, a Confederação Brasileira de Tiro Esportivo recebeu recursos do COB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva. Foram utilizados e/ou devolvidos o montante de R\$ 3.279.688 (R\$ 2.395.131 em 2017), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2018, que era de R\$ 138.784 (R\$ 245.598 em 2017), será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados de 2018, ou devolvido ao COB.

7. Receitas de Contratos e Convênios

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Comitê Olímpico Brasileiro (COB) - Lei Agnelo Piva	3.279.688	2.395.131
Ministério dos Esportes - Lei de Incentivo ao Esporte	-	-
TOTAL (R\$)	<u>3.279.688</u>	<u>2.395.131</u>

As receitas são decorrentes dos recursos liberados pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB), para aplicação em fomento e desenvolvimento do desporto, manutenção do desporto e da Entidade, formação de recursos humanos, preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas e a participação ou organização de eventos esportivos.

Quanto aos valores aprovados no ministério do esporte, permanece o mesmo mencionado nas notas

explicativas do exercício de 2017, tendo em vista que não houve até a emissão deste relatório a finalização nas análises das prestações de contas.

Já o valor aprovado no ano de 2018 dos recursos oriundos do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) - Lei Agnelo Piva, a análise e aprovação da prestação de contas até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 3.279.688.

8. Seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros contra incêndios, raios e explosões, danos elétricos, roubo de máquinas e valores para o imóvel, maquinários e móveis, equipamento e suas respectivas instalações. Os montantes segurados são julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.

9. Provisão para contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, a Entidade apresenta R\$ 742.368 de processo com probabilidade de perda provável na esfera cível em 2017 (R\$ 730.813 de processos com probabilidade de perda provável na esfera trabalhista em 2016).

10. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referentes às operações inerentes à Entidade.

11. Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2018 foram identificados valores contabilizados e não baixados nos grupos de INSS de terceiros, no valor de 77.671,09, e Empréstimos a Pagar, no valor de 2.706,91. Junto a administração, foram localizadas as baixas realizadas no exercício de 2015, assim, executando o devido ajuste.

12. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis da CBTE, são de responsabilidade de sua administração e foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprova a ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucros, e, quando necessário ou aplicável, as orientações, as interpretações e os demais pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que especialmente a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME).

13. Declaração de Eventos Subseqüentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subseqüentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.